

DEFIRO o presente pedido de dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº # 8934-21-SP-DLR, com fundamento no item 24, a.2, da tabela anexa ao Decreto nº 60.049/2021.

**Processo SEI: 1020.2022/0000447-7**  
**Interessado: CARLOS ROBERTO PINTO.**  
O processo de número 9934-22-SP-TAX e assunto **Pedido de Isenção de Taxa** foi deferido.  
deferimento do pedido de dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº # 8853-21-SP-DLR, com fundamento no item 24, a.2, da tabela anexa ao Decreto nº 60.049/2021.

**Processo SEI: 1020.2022/0000477-9**  
**Interessado: LA ARQUITETURA E ACESSORIA LTDA LA.**  
O processo de número 9843-22-SP-TAX e assunto **Pedido de Isenção de Taxa** foi deferido.  
DEFIRO o presente pedido de dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº # 9842-22-SP-DLR, com fundamento no item 24, a.2, da tabela anexa ao Decreto nº 60.049/2021.

**Processo SEI: 1020.2021/0016156-2**  
**Interessado: Promarq Projetos e Construções Promarq**

O processo de número 7457-21-SP-TAX e assunto **Pedido de Isenção de Taxa** foi deferido.

DEFIRO o presente pedido de dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº # 7455-21-SP-DLR, com fundamento no item 24, a.2, da tabela anexa ao Decreto nº 60.049/2021.

**Processo SEI: 1020.2021/0010419-4**  
**Interessado: Paulo Cezar Pereira Mayer.**  
O processo de número 5042-22-SP-TAX e assunto **Pedido de Isenção de Taxa** foi deferido.

DEFIRO o presente pedido de dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº # 5040-21-SP-DLR, com fundamento no item 24, a.2, da tabela anexa ao Decreto nº 60.049/2021.

**Processo SEI: 1020.2022/0001870-2**  
**Interessado: Edson Bernini.**  
O processo de número 10889-22-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.  
Processo nº 1020.2021/0011549-8  
**DEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

**Processo SEI: 1020.2022/0001871-0**  
**Interessado: Maria Ines ROLIM.**  
O processo de número 10894-22-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.  
Processo nº 1020.2020/0001875-0  
**DEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

**Processo SEI: 1020.2021/0001398-9**  
**Interessado: Andre Roemer.**  
O processo de número 1189-21-SP-SAO e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Reforma (Exceto HIS e HMP)** foi indeferido.

I - INDEFERIDO o pedido de ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA nos termos do art. 59, III, da Lei 16.642/17 (não atendimento de comuniqué-se).<br/>

**Processo SEI: 1020.2021/0017957-7**  
**Interessado: cicero gama .**

O processo de número 8244-21-SP-REF e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Reforma (Exceto HIS e HMP)** foi indeferido.

I - INDEFERIDO o pedido de ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA nos termos do art. 59, II, da Lei 16.642/17 (projeto com infrações insanáveis frente ao disposto no PDE e na LPUOS).

**Processo nº 1020.2020/0001040-6**  
**DEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

**Processo SEI: 1020.2021/0018099-0**  
**Interessado: Isabela Padua Ferreira Azenha de Almeida.**

O processo de número 8486-21-SP-REF e assunto **Alvará de Aprovação de Reforma (Exceto HIS/ HMP)** foi indeferido.

I - INDEFERIDO o pedido de ALVARA DE APROVAÇÃO DE REFORMA nos termos do art. 59, I, da Lei 16.642/17.

**Processo SEI: 1020.2021/0017878-3**  
**Interessado: PAULO RODRIGO SOLAL RIBEIRO.**

O processo de número 7384-21-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi indeferido.

I - INDEFERIDO o pedido de ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, nos termos do art. 59, I, da Lei 16.642/17.

**Processo SEI: 1020.2021/0010704-5**  
**Interessado: SIDNEY STRAZZI.**

O processo de número 4290-21-SP-REF e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Reforma (Exceto HIS e HMP)** foi indeferido.

I - INDEFERIDO o pedido de ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA, nos termos do art. 59, II, da Lei 16.642/17 (projeto com infrações insanáveis frente ao disposto no PDE e na LPUOS).

**Processo SEI: 1020.2022/0001873-7**  
**Interessado: EVANDRO PACHECO.**

O processo de número 10903-22-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.

**Processo SEI: 1020.2021/0011894-2**  
**Interessado: eduardo luan da costa paiva Luan Paiva.**

O processo de número 4803-21-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi indeferido.

INDEFERIDO o pedido de ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, nos termos dos incisos I e II, art. 59 da Lei 16.642/17, Quadro 3 e 3A da Lei 16.402/16 (ausência título de propriedade, agravamento aos índices urbanísticos: TO e taxa de permeabilidade) e Portaria 221/SMUL-G/17 (projeto simplificado).

**Processo SEI: 1020.2021/0006882-1**  
**Interessado: Flavio dos Santos de Abreu.**

O processo de número 2712-21-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi deferido.

nos termos da Lei nº 16.050/14, Lei nº 16.402/16, Lei nº 16.642/17 e Decreto nº 57.521/16, Decreto nº 57.776/17

**Processo SEI: 1020.2021/0011433-5**  
**Interessado: Flavio dos Santos de Abreu.**

O processo de número 5354-21-SP-ALV e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi deferido.

nos termos da Lei nº 16.050/14, Lei nº 16.402/16, Lei nº 16.642/17 e Decreto nº 57.521/16, Decreto nº 57.776/17, em conjunto com o processo 2712-21

**Processo SEI: 1020.2022/0001875-3**  
**Interessado: THIAGO BROGIO.**

O processo de número 10612-22-SP-AUT e assunto **Alvará de Autorização de Implantação e/ou Utilização de Estande de Vendas** foi deferido.

**Processo SEI: 1020.2022/0001888-5**  
**Interessado: Wisley Ribeiro.**

O processo de número 10700-22-SP-AUT e assunto **Alvará de Autorização de Implantação e/ou Utilização de Estande de Vendas** foi deferido.

Processo nº 1020.2020/0003220-5  
**INDEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. O prazo recursal é de 60 (sessenta) dias.

**Processo SEI: 1020.2021/0008384-7**  
**Interessado: Fernando Martines.**

O processo de número 2972-21-SP-REF e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Reforma (Exceto HIS e HMP)** foi deferido.

I - DEFERIDO o pedido de ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA, nos termos da(s) Lei nº 16.050/14, Lei nº 16.402/16, Lei nº 16.642/17, Decreto nº 57.521/16 e Decreto nº 57.776/17.

**Processo SEI: 1020.2021/0015165-6**  
**Interessado: Clube Paineiras do Morumbi.**

O processo de número 6945-21-SP-CDT e assunto **Cadastros de tanque de armazenagem, bomba, filtro de combustível e equipamentos afins** foi indeferido.

Indeferido o presente processo, nos termos do Inciso III do Artigo 59 da Lei 16.642/2017, tendo em vista o atendimento insatisfatório do ?Comunique-se? publicado em 10/11/2021.

**Processo nº 1020.2020/0004208-1**  
**INDEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. O prazo recursal é de 60 (sessenta) dias.

**Processo SEI: 1020.2022/0001824-9**  
**Interessado: Kátia Hiromi Sassaqui.**

O processo de número 10863-22-SP-ALV e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.

Processo nº 1020.2020/0011473-2  
**DEFERIDO** nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

**Processo nº 1020.2022/0001826-5**  
**DEFERIDO** automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

**Processo nº 1020.2022/0001828-1**  
**DEFERIDO** automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

**Processo nº 1020.2022/0001856-7**  
**DEFERIDO** automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

**Processo nº 1020.2022/0001860-5**  
**DEFERIDO** automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

**PORTARIA Nº 011/2022/SMUL.G**

Processo SEI nº 6068.2021/0008354-0

Designa membros para compor comissão de apuração preliminar.

**MARCOS DUQUE GADELHO**, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 60.061, de 3 de fevereiro de 2021, e consoante as previsões dos artigos 6º e 96 a 102 do Decreto nº 43.233, de 22 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar para integrar comissão de apuração preliminar, a fim de se apurar eventual falta funcional de servidora desta Pasta, os seguintes servidores:

- **Da Assessoria Técnica e Jurídica - ATAJ:** Beatriz Ruggieri - Registro Funcional (RF) nº 878.510-4

Maria da Conceição Campello de Souza Galli - RF nº 886.834-4

- **Da Coordenadoria de Administração e Finanças - CAF:**

Maria Amélia R. de C. Roz Iglesias – RF nº 546.654-7

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando-se sem efeito a Portaria nº 008/2022/SMUL.G.

**SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

**SMUL.ATECC**

**6068.2022/0001165-7**  
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/044/ATECC/2022

Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO nº 044/ATECC/2022:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

**SMUL.ATECC**

**1010.2022/0000374-3**  
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/045/ATECC/2022

(RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/036/ATECC/2022)

À vista das informações contidas no pedido de reconsideração e na MANIFESTAÇÃO/045/ATECC/2022:

a. Fica MANTIDA a INADMISSIBILIDADE de aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

**SMUL.ATECC**

**6068.2022/0000991-1**  
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/046/ATECC/2022

Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO/046/ATECC/2022:

I. Considerada INADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto, com base nos seguintes motivos:

a. Inobservância ao disposto no Art. 2º da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (não constam aceites de todos os envolvidos);

b. Inobservância ao disposto nos itens 3 e 5 do Art. 3º e no Art. 28 da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (preenchimento incorreto do TAR e altura da edificação superior ao limite estabelecido na Declaração de Inexigibilidade emitida pelo COMAER);

c. Inobservância ao disposto no item 2 do Art. 7º da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (ausência de contrato ou estatuto social da pessoa jurídica proprietária, acompanhado, se for o caso, da ata da última assembleia de eleição de Diretoria);

d. Inobservância ao disposto no Art. 9º da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (peças gráficas em desconformidade com o padrão estabelecido pela Portaria nº 221/SMUL.G/2017);

e. Inobservância ao Quadro 2 anexo ao Decreto nº 59.885/2020 (ausência de recuos laterais e de fundo, a partir de 10m de altura da edificação).

**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO 058462487**

**PROCESSO SEI Nº 6068.2021/0005293-9**

I - Pela competência a mim atribuída pelo artigo 4º, XIII, da Portaria nº 09/2021/SMUL.G, pelo disposto nos artigos 1º, III, e 5º do Decreto nº 42.718, de 16 de dezembro de 2002, e com base no Laudo Médico Pericial nº 11090800, de 3 de dezembro de 2021 (055965273), expedido pela Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor – COGESS, da Secretaria Executiva de

Gestão - SEGES, DEFIRO o pedido promovido pelo servidor aposentado Roberto Luis Machado Bueno, com RF nº 575.686.3/1 e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.249.638-51, de isenção de tributação de imposto de renda retido na fonte, a partir de junho de 2021 (mês da concessão da aposentadoria), nos termos do artigo 6º, XIV, da Lei Federal 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e do artigo 35, § 4º, I, a, do Regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, devendo o Servidor ser reavaliado após um período de 10 (dez) anos a partir da data do diagnóstico da patologia (em 21 de junho de 2018), e **INDEFIRO** o pedido do Servidor pelo reconhecimento de incidência diferenciada da contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do Município de São Paulo, apenas sobre a parcela que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei Municipal 13.383, de 3 de julho de 2002, e no artigo 4º, § 1º do Decreto Municipal 46.860, de 27 de dezembro de 2005.

II – **PUBLIQUE-SE.**

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO 058738839**

**PROCESSO SEI Nº 6068.2022/0001352-8**

I - Em face dos elementos constantes do presente, em especial a solicitação de SMUL/GAB em doc 058669272, informações de SMUL/CAF/DOF em doc 058736575, e diante das competências delegadas por meio do Inciso XX do Art. 3º da Portaria nº 09/2021/SMUL.G, **AUTORIZO**, observadas as formalidades legais e cauteladas de estilo, a emissão de Nota de Empenho e Liquidação, no valor de R\$ 712,00 (setecentos e doze reais), onerando a dotação orçamentária 29.10.15.12.2.3024.2.100.3.3.90.14.00.00, consoante Nota de Reserva nº 16.268/2022 (doc 058735952) em nome do Sr. Marcos Duque Gadelho, RF: 750.504.3, Secretário Municipal, para atender despesas com diárias no período de 15/02/2022 a 16/02/2022, conforme horários constantes em doc 058669272, em viagem para a cidade de Brasília-DF, para tratar de assuntos de interesse da Municipalidade, com fundamento no artigo 2º, inciso VI da Lei nº 10.513/88 de 11 de maio de 1988, Decreto nº 23.639 de 24 de março de 1987, Decreto nº 48.744 de 20 de setembro de 2007 e Portaria SF nº 77 de 11 de março de 2019.

II - **PUBLIQUE-SE;**

III - Após, encaminhar para SMUL/CAF/DOF para as providências cabíveis.

## HABITAÇÃO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### ATOS ADMINISTRATIVOS

##### DESPACHOS: LISTA 1072

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**  
ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

**Nº SEI: 6014.2022/0000228-9**  
**INTERESSADA: Bruna Silva Siqueira**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI: 058106613 e doc. SEI 058287827, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO:

1. A Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, da município **Maria Ivanilda Martins Siqueira**, CPF: 307.\*\*\*.\*\*\* para a município **Bruna Silva Siqueira**, CPF: 462.\*\*\*.\*\*\*

2. A exclusão da município **Maria Ivanilda Martins Siqueira**, CPF: 307.\*\*\*.\*\*\* do cadastro habitacional em questão.

3. Publique-se.

**Competência : Coordenador (CTS) nos casos de:**

a) Inclusão de novo membro no cadastro (sem certidão);

b) Exclusão de membro do cadastro

**SEHAB/GABINETE**

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2022**

Data da Reunião : **16 de dezembro de 2021**

Local: R. Libero Badaró, 504 - 10º andar – Sala 101-B – Auditório - Centro - São Paulo – SP

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano 2021, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, sala 101-B, auditório, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 18ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as)** presentes: Alcides Fagotti Junior (SEHAB), Bruna Gadelha da Silva (SEHAB), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Maria José Gulló (SEHAB), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Sylvia Ammar Forato (COHAB), Wilson Cabral da Silva (SF), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaragua), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEUP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Orlando Corrêa da Paixão (AOB-SP), Olivar Irapuama da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Cirlene Rosa Vieira da Conceição (SEHAB/SECMH), Gilberto Alves Carneiro (SEHAB/ASSIST), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH) Nilda Neves, Rafaela Tamyres Silva do Nascimento (SEHAB/IMPRESNA), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Antonio Balbino (CTS/SEHAB), Renata Milanesi (COHAB/SP), Gabriela Loiacono (SEHAB/GABINETE), Karine Resende (SEHAB/IMPRESNA), Rafaela Thamires Silva do Nascimento (SEHAB/IMPRESNA), Guacyra Gonçalves de Azevedo (SEHAB/IMPRESNA) e Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia). **Conselheiros (as) ausências justificadas:** João Siqueira de Farias (SEHAB), Irineu Gnecco Filho (COHAB), Giulia Zanganatto (SMUL), Marilena Fajersztan (SMUL), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Manoel dos Santos Almeida (MDF - Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Denise Antonucci (MacKenzie), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), , Débora Jun Portuqueis (SGM Sandra Aparecida Rufino (CAU-SP) e Nunes Lopes

dos Reis (PEABIRU). **Conselheiros (as) ausentes:** Alexandre Peixe Campos (COHAB-SP), Sílvio Eugênio de Lima (SEHAB), Marcos Augusto Alves Garcia (SIURB), Patrícia Maria Drago (SF), Luiza Chizue Gatti Murakami (SMADS), Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Marise Fernandes de Araujo (CEF), Pedro Caique Leandro do Nascimento (SGM), Tatiana Robles Seferjan (SG), Mária Tiekio Omoto Yamaguchi (SIURB), José Ricardo Paoliello (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) Monica Therezinha Bartie Rossi, Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis ), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquit

do termos um auditório mês inteiro por mais que usemos duas vezes por mês, ou uma, sei lá. Faz sentido? Então, vamos discutir isso, vou trazer, na próxima reunião traremos um retorno para vocês. Ou uma vez que estamos votando e adiando um processo, e o que a Ana estava falando acho que é isso, estamos adiando um processo de definição de datas para que dê tranquilidade, facilidade para que possamos ajustar melhor o espaço, um bom espaço para fazermos reunião com tranquilidade. Por que esta reunião está sendo aqui e a Ana está tendo essa dificuldade? Porque foi decidido na reunião do Conselho Executivo que faríamos presencial, e aí por conta disso a Ana teve que correr atrás. Então, demorou dois dias porque as salas já estavam ocupadas. Então, calma porque caminhamos para achar uma solução. Primeiro, definindo as datas previamente para que ela possa com tranquilidade agendar um bom espaço para nós; e segundo consignando essa possibilidade da SEHAB ter um espaço próprio para as reuniões, sendo que o espaço do CMH será reconstituído. Sr. André: Única observação que faço do calendário, como nós temos aí a esperança do Programa Pode Entrar, sugiro que as nossas reuniões sejam nas quintas-feiras bimestrais. Por que isso? Nós faríamos a primeira reunião do ano de 2022, com toda questão do Pode Entrar muito longe. Então, nós poderíamos fazer no dia 10 de fevereiro, dia 14 abril, dia 09 de junho. Por quê? Na terceira quinta-feira é feriado. Nós temos três feriados, dia 21 do mês de março e dia 16 do mês de junho. Então, sugiro como alternativa, até para o acompanhamento, devido o acompanhamento do Programa Pode Entrar, nós já vamos ter o edital, várias situações, se não, vai ficar muito distante. Então, proponho que seja na segunda quinta-feira de fevereiro; segunda quinta-feira de abril; segunda quinta-feira de junho. E também da Executiva segundas terças-feiras para poder ter harmonia e o diálogo entre a reunião da Executiva e também do Pleno. Só uma observação quanto ao auditório que eu queria colocar para a discussão dos nossos colegas, se as reuniões poderiam ser de sistema híbrido, semi-presencial. Por quê? Porque possibilitaria os companheiros que têm dificuldade na mobilidade, nós não sabemos como que vai ser o ano de 2022, então facilitaria a participação dos nossos colegas, tendo em vista aqui o cenário que vários colegas não puderam comparecer. Sr. Alcides: Com relação à questão híbrida, André, nós tentamos já para esta reunião, não conseguimos por questões técnicas. É uma proposta que gostamos, tem que tentar superar essa questão técnica aí, espero com o tempo consigamos, não sei o que precisa, depois vamos falar com a informática o que precisa, para ver se contratamos. **Sra. Ana Maria:** Tem ter salas especiais como tem no Gabinete do Prefeito, , você tem todas as câmeras focadas para a plateia, para todo o plenário Aqui no prédio nós não temos e nenhuma outra Secretária conhecemos quem tenha, são coisas como o Fagotti está colocando, coisas que temos que ver aí para o futuro, até os colegas da informática podem reforçar. Sr. Alcides: A ideia é essa, André. Precisamos esperar a questão técnica. Tereza. Sra. Tereza: Boa tarde a todos. Eu acho que nosso projeto está aí para juntar ao Pode Entrar, eu acho que agendas estão um pouco distantes, por mais que em janeiro as pessoas vão viajar e nós estamos sem espaço na Secretária, nós temos que voltar logo para começar esse Projeto Pode Entrar, para avançarmos, Secretário. Como vamos discutir, por mais que o senhor vá dividir associações para fazer uma conversa, temos que amarrar nossas propostas, proposta das associações com vocês, eu acho que a agenda está um pouco distante, vamos conversar sobre isso e avançar sobre essa agenda, Ana. Eu acho que é importante, acho boa a proposta do André para avançarmos. Secretário, eu acho que não é só rever uma sala para nós, precisamos rever uma sala para a Ana, porque ela é nosso braço-direito do Conselho, quando eu cheguei, ela falou: Tereza, nós conhecemos há mais de vinte anos. Eu acho que o esquerdo também, eu acho que não podemos pensar só no Conselho, estava conversando que cheguei e nosso Conselho avançou, mas temos que rever o espaço. Temos que nesse período, se pudermos ajudar vamos ajudar a arrumar um espaço aqui, mas não podemos pensar no Conselho maior, mas pensar numa sala para a Ana, ela falou de juntarmos porque estamos perto de avançar para fazer as conferências, outra vez já vêm aí e precisa de sala para pôr o pessoal da organização. **Sr. Miguel:** A proposta do André é boa de antecipar, só que precisamos antecipar as pautas, e ter pautas eficas, definitivas. Porque assim, sempre batemos nas mesmas pautas. É assim, nós ficamos olhando aqui as pautas, o Pode Entrar hoje é pauta, uma pauta importante para nós. Mas seria uma muito importante para nós se tivésemos aqui hoje a notícia da assinatura do Decreto, era dia 14, e hoje é dia 16 e nada aconteceu. Então assim, precisamos também aqui viabilizar as pautas e elas serem reais, porque antes da pandemia nós deixamos as pautas para trás, discutia, não chegava a uma conclusão e foi ficando no esquecimento. Eu gostaria também que na agenda pudesse colocar a Conferência Municipal que paramos por causa da pandemia. **Sra. Fátima:** Boa tarde. Meu nome é Maria de Fátima dos Santos, Conselheira Municipal, Movimento de Moradia da Região Sudeste, UMM. Quero falar que estava com bastante saudade de todos, não via a hora de ver todos, acho que todo esse tempo, estava falando para o Marins que era praticamente dois anos que não nos reuniamos aqui, depois de todo esse tempo vamos aqui nessa questão da pauta novamente. Eu não queria me estender muito, acho que o mais importante é a última pauta que temos aqui ainda para discutir. Mas eu queria falar sobre a questão do espaço. Quero colocar aqui que desde quando foi início do Conselho, em 2002 se não me engano, 2003, sempre a reunião do Conselho foi aqui dentro, sempre tivemos nós só uma sala, como um espaço para nos reunirmos. Então, Secretário, peço aqui que cuidadosamente vocês cuidem dessa questão, porque não gostaríamos de sair daqui de dentro, o Conselho, que fosse para outra sala, que fosse lá para fora, de jeito nenhum. Nós gostaríamos de permanecer aqui dentro, que vissem uma sala, um espaço para os nossos reunamos, uma sala decente para nossa Secretária, porque na outra sala que ela estava não estava nem podendo usar o banheiro, o que é um absurdo. Vamos avançando para discutir a pauta. Nessa questão do calendário eu fico preocupada porque temos a conferência que não fechamos, não tivemos a conferência, e temos também o processo de eleição que vai começar e também vai ser uma discussão com GT e tudo mais. Eu espero que ano que vem aconteça a conferência de Habitação. Nós paramos na véspera quando começou a pandemia, mas não abrimos mão de acontecer a conferência, nós queremos a conferência sim. Está bom? É isso, obrigada, uma boa tarde. **Sra. Uranide:** Boa tarde a todos companheiros. Eu gostaria que tivéssemos um álcool para dar uma higienizada nesse microfone, porque está passando, mesmo com a máscara, como chega muito perto da boca, isso não é suficiente para nós, então primeiro eu queria reivindicar isso. A minha fala sobre o espaço a Fátima acabou concluindo, eu só quero lembrar que estamos falando aqui de dois espaços, um espaço seria a sala para os Conselheiros se reunirem e outro espaço para ter os Plenos e esse espaço dos Plenos não temos que nos preocupar só com o Conselho, mas também venham os convidados e usuários, as pessoas que podem participar, então é importante pensar nesse sentido. Eu concordo que essa data de fevereiro está muito longe para nós que estamos aí e peço para todos, por favor, temos uma pauta importante aqui, que é do Pode Entrar, estamos ansiosos, o Prefeito não assinou o Decreto e precisamos avançar para essa pauta. **Sra. Verônica:** Boa tarde a todos, é bom voltar e ver todos os companheiros, com toda essa luta que tivemos da pandemia. A primeira questão, do calendário, eu concordo com o André em mudar a data, até porque em janeiro temos final de ano, começo de ano, já tem logo 25 de janeiro, parece que tudo é meio festa em janeiro. Então pelo menos uma semana antes, para podermos, a não ser como a Ana falou, se tiver que fazer uma reunião na semana de 25 de janeiro, extraordinária, com certeza o Secretário vai nos convocar. Agora, a ques-

tão do espaço, é engraçado, a Ana já sabe quantas reuniões já fizemos em tantos lugares, só faltou fazer ali embaixo na praça, de tanto tempo que já estou nesse Conselho. Nós tínhamos um espaço muito bom lá em cima, no último andar, 26, maravilhoso, lindo, lembra Tereza? Sumiu nosso andar, nos enfiaram aqui para baixo, de repente sumiu, nos enfiaram para o outro lado da rua, volta para cá, nós somos Conselho da cidade de São Paulo, Secretário, vamos ver se conseguimos ter um espaço, que a Ana tenha um lugar adequado, porque já ficamos na terceira idade juntas, também precisamos disso, essa é uma reivindicação nossa. Porque olha, nós éramos jovens, podíamos ir para cá e para lá, hoje não dá mais, Secretário, é o mínimo que nós pedimos, já na terceira idade, uma sala decente para os funcionários do Conselho e o Conselho funcionar plenamente. Sra. Mari-sete: É só em cima do calendário. Eu concordo com a proposta do André, porque precisamos agilizar a questão do Pode Entrar, nós temos que agilizar isso, se deixarmos para o final, vai ficando sempre para depois e precisamos de uma solução para as famílias que estão esperando lá, porque esperávamos terminar esse ano com uma notícia boa para os Associados, fazer a última reunião, nossa Confraternização e comemorar alguma coisa, infelizmente nós vamos terminar o ano sem nenhuma novidade pelo que estou vendo. Outra coisa, é um absurdo o Conselho perder o espaço dentro da própria casa, gente! Como assim? Eu acho que precisa ser revisto isso, não dá para aceitar o Conselho ter que sair de dentro de casa. É a mesma coisa que alguém chegar e falar: sai que estou tomando conta. Então precisa sim e principalmente para os funcionários, como a Ana, que está aí há anos e precisa de um espaço em que ela possa realmente trabalhar de forma que seja humana. **Sra. Ana Maria:** Mais alguém? Então, o que temos é uma contraproposta, pelo que estou vendo a maioria vai compactuar, que achei genial dessa contraproposta do André. Temos a proposta que está aqui, que foi encaminhada a vocês. E a contraproposta feita pelo André, onde as reuniões ordinárias do Conselho Pleno seriam no 10 de fevereiro, 14 de abril, 09 de junho. As reuniões ordinárias da **Comissão Executiva seriam no dia 08 de março e 10 de maio de 2022**, sempre a partir das 14hs. Sra. Verônica: 08 de março não dá, dia das mulheres, nós temos um monte de atividades. **Sra. Ana Maria:** Então, André, pode ser no dia 15 de março? É sempre numa terça-feira porque é da Executiva. **Então podemos colocar 15 de março na Executiva; e 10 de maio a outra da Executiva.** Os Conselheiros que estão favoráveis à proposta do André, permanecem como estão. Então, podemos Secretário, considerar a proposta agora que eu falei, aprovada por unanimidade do Plenário. **Sr. André:** Eu queria que nós votássemos também a questão da entrega dos materiais, até para facilitar para a Ana. Nós temos visto isso, por um período tinha sido disciplinado, mas tivemos a troca de Secretários, os palestrantes ou que vão fazer Power Point não têm seguido essa regra. Então acho importante para os Conselheiros receberem todo o material, porque já estamos votando a questão do calendário de forma antecipada, então quem tiver uma reunião ordinária e for fazer qualquer apresentação, PPP, alguma coisa, para não falar besteira, recebermos esse material de forma antecipada, isso vai facilitar a discussão, vai transformar as discussões em mais racionais, dentro do material as perguntas e vai evitar, como aconteceu aqui, Presidente Júnior, que possamos ter uma reunião extraordinária que foi desnecessária, se tivéssemos recebido o material do palestrante, com todo respeito ao palestrante que esteve aqui, não necessitaria ter uma reunião extraordinária, então qual seria a minha proposta dentro do calendário, que nós pelo menos 5 dias, porque temos os 15 dias, não é, Ana? Dez dias daria para mandar o material, 15 dias para a pauta, passaria pelo Executivo, e dez dias de antecedência receber todo o material. **Sra. Ana Maria:** Já está no regimento isso. **Sr. André:** Mas ficar bem colocado isso, mais uma vez, porque já está no regimento, mas isso não tem sido cumprido. Desde 2018 tivemos vários incidentes aqui, Júnior, antes da sua chegada, com esses problemas, vai racionalizar, vai dar um novo sentido se isso for respeitado e vamos otimizar o tempo. Então a minha proposta era, parece até ridículo, cumprir o regimento. Parece até uma questão lógica. **Sr. Alcides:** Confesso que entendo o pleito seu, André, e de todos, eu já vi mais pessoas falando isso, e também às vezes entendo quando por exemplo uma apresentação que vai ser feita, a pessoa está fazendo outro trabalho e é feita naqueles dias, então acho que cabe a nós tentar cumprir o regimento, a Ana sempre é a guardiã do regimento na cabeça, nos fala, então vamos tentar manter esse cumprimento do regimento. Bom, foi aprovado por unanimidade a proposta do André, eu concordo também. Vamos para outra pauta. Tem assuntos que já avançaram em assuntos gerais, depois respondemos de novo os assuntos gerais e dialogamos sobre os assuntos gerais. Sra. Verônica: Júnior, às vezes nem chega a pauta, eu não recebi nada até agora. **Sr. Alcides:** A pauta foi. O que não foi, foi o material apresentado. **Sra. Ana Maria:** Foi depois. **Sra. Verônica:** Eu não recebi ainda. **Sr. Alcides:** Então, foi aprovada por unanimidade a proposta do André, que concordo também. **Item 4.** Vamos para o próximo item da pauta. **Sra. Ana Maria:** O próximo ponto da pauta que foi colocado é o Programa Pode Entrar, sua regulamentação e assuntos gerais inerentes ao programa. Eu passo a palavra para o Secretário Fagotti. **Sr. Alcides:** O Pode Entrar agora, temos um cronograma para cumprir do ponto de vista administrativo, já votamos a lei e agora do ponto de vista administrativo temos na sequência a assinatura do decreto, o decreto já foi para o Gabinete do Prefeito dia 12. Ele atrasou por uma série de questões, uma questão que atrasou de fato foi a troca de Secretário, obviamente que quando entra um novo Secretário ele tem que se apropriar daquilo, então demos oportunidade também para o João receber o grupo de trabalho aqui, o grupo de trabalho apresentou questões para eles que foram enviadas para nós, foram acatadas várias das sugestões que esse grupo de trabalho fez novamente de inclusão no decreto. Então depois da reunião com o João, do envio rápido, inclusive, que o grupo de trabalho nos fez, tivemos reunião COHAB e SEHAB, mais do departamento jurídico COHAB e SEHAB, manifestação das áreas e enviamos no dia 12 para o Gabinete do Prefeito. O Gabinete do Prefeito cumpre um rito também, esse rito passa pela Secretaria da Fazenda, que vai criticar o projeto, falar "isso como eu pago?", ele pergunta, faz questionamentos sobre o decreto, tem uma assessoria técnica jurídica deles lá também que se manifesta sobre o projeto, mas eu tive conversas informais já com os dois setores e não vamos ter óbice em cima do decreto, então em breve deve ser publicado decreto que trata de entidades. Como já combinado com vocês, optamos por fatiar a regulamentação do Pode Entrar, para um instrumento não inviabilizar o andamento do outro. Conseguimos avançar com dois instrumentos, estão em dois decretos no Gabinete do Prefeito, um é da carta de crédito e outro da Entidades. Na sequência, em breve, eu estava até falando com o Nilson aqui, vamos mandar para vocês por e-mail, eu perguntei para o Nilson se conseguimos cravar uma data aqui, ele falou "Júnior, não consigo dar a data exata porque preciso conversar com minha equipe", mas até a primeira semana de janeiro, estourou champagne, vamos mandar para vocês um cronograma para vocês terem as datas de quando publicamos a instrução normativa, quando publicamos o Edital de chamamento para adesão, para as entidades aderirem ao Pode Entrar, porque o chamamento que vocês participaram é do Minha Casa Minha Vida, vocês precisam aderir ao Pode Entrar, aderindo, a instrução processual de documentos e tal e assinatura do contrato, aqueles que obviamente já estão aptos a assinar o contrato. Os que não estão, temos lá já identificado as questões de vocês, vocês já reuniram com a equipe da SEHAB e da COHAB, a maioria das entidades. Vamos aguardar esse ajuste nessa documentação para podermos assinar o contrato, levando em conta que no decreto fizemos a previsão de que dependendo da restrição podemos assinar o contrato e colocamos uma cláusula suspensiva do contrato, então assinamos

o contrato e o suspendemos por 90 dias, é até 90, Nilson? **Sr. Nilson:** 90, prorrogáveis por mais 90. **Sr. Alcides:** Até 90, prorrogáveis por mais 90, para resolver essa questão, para a entidade de poder. Está faltando uma emissão na posse, enfim, não sei o que é válido na cláusula suspensiva, mas o importante disso é que a entidade já garante a assinatura do contrato ali, é só resolver essa pendência e já inicia a execução. Então foi uma ideia que tivemos aqui junto com o grupo de trabalho e que dá tranquilidade para aqueles que estão correndo atrás da sua documentação, correndo atrás de alvará, às vezes tem causas que são alheias à atuação da entidade e a gente consegue assinar o contrato para poder avançar, independentemente de já poder começar a obra ou não, o contrato está firmado, é isso, obviamente que atrasou, é verdade, Miguel, atrasou, tivemos essa questão. Temos o imponderável que às vezes acontece dentro da Secretária, dentro da SEHAB, é um Programa novo para o Município do ponto de vista de execução. Você pode falar "o programa foi pensado lá em 2019", mas a execução dele, que é o que estamos tratando agora, é nova. Nunca se tratou. A COHAB se valia da Caixa para fazer o Minha Casa Minha Vida. Tínhamos uma parte um pouco mais tímida na execução do Minha Casa Minha Vida e agora não. Agora a interface é nós com nós mesmos. Então temos que cuidar de tudo para que não dê errado. E mais do que isso, tivemos a troca do Secretário, tivemos que esperar o João se apropriar do processo nessas reuniões que eu já falei, mas estamos avançando, vai sair do papel, temos dinheiro, que é importante, não vamos perder o dinheiro desse ano, o dinheiro que estava previsto para esse ano, por questões da rubrica onde está, uma é uma operação de crédito e outra está no FUNDURB, então carregamos os dois no ano que vem, soma-se ao dinheiro que temos ano que vem para execução. Vai ser o primeiro que vai ser executado, então os primeiros contratos que forem vão usar esse dinheiro, está certo? Então é uma boa, ficamos pensando "Vamos perder o orçamento", mas conseguimos dialogar, como estava previsto, acho que são quase 100 milhões, mais 40 e poucos milhões do FUNDURB, então já tem um dinheiro bom para a primeira arrancada. **Sra. Verônica:** Alcides, o Decreto assina que dia? **Sr. Alcides:** Nós não temos a data, Verônica. Assina esse ano, mas não temos a data certa porque ainda está fazendo, se manifestando, mas assina esse ano, temos mais essa semana e a outra para assinar, o João está em cima lá, eu sou testemunha, ontem eu vi ligando para o Secretário de Governo falando que ele teria reunião hoje, que ele queria e o Secretário falou "Pode ficar tranquilo que vamos acelerar". O decreto da Carta de Crédito inclusive já foi para o ponto, então só falta ir para o ponto o da Entidades, é que o decreto da carta de crédito acabou tendo uma facilidade porque a Fazenda ajudou na construção dele, então superamos a etapa da Fazenda nesse caso, o da Entidades a Fazenda está se apropriando, mas também tive conversas com eles, como eu disse para vocês, não vamos ter grandes novidades que possam impedir de ser publicado esse ano. O medo era não conseguirmos produzir ele, chegar a um bom termo nele, chegamos, agora é publicar e mão na massa. Não é, Nilson? Vocês vão cobrar bastante a COHAB, se quiserem perguntar, o Nilson está aqui. **Sra. Fátima:** Secretário, eu fico muito preocupada porque já tratamos bastante dessa questão do decreto, inclusive eu cobro aqui porque a última minuta do decreto que fizemos junto com o GT não voltou para nós para sabermos como ficou depois de juntar tudo, estou já cobrando isso aqui, não veio para nós. É uma preocupação muito grande porque tínhamos como previsto já até o dia 8 de novembro sair do decreto para fazer a contratação esse ano e desse ano já está passando para o ano que vem e não sabemos ainda nem se vai ser sancionado, se vai ser assinado o decreto ainda porque era para semana retrasada, passou para a semana que passou agora e não foi assinado o decreto ainda. Então ficamos muito preocupados com essa questão porque trabalhamos muito para que isso chegasse até esse momento, o GT sentou todo o tempo, você sabe muito bem, Júnior, com vocês sempre presentes, e não é possível que é aqui, sempre para aqui dentro do jurídico para resolver. Sempre para aqui. Quer dizer que os movimentos, as famílias, ficam ansiosos trecentos anos esperando e para aqui para resolver aqui dentro para encaminhamento. Então pedimos que seja agilizado ainda, que esse decreto saia do papel, que o Prefeito assinasse o decreto semana que vem para que comecemos o ano...**Sr. Alcides:** Ou essa semana. **Sra. Fátima:** É, esperamos. Porque era para terça, já não assinou, amanhã termina a semana. Então que consigamos pelo menos entrar o Natal e Ano Novo com uma boa notícia que assinou o decreto para que comecemos a entrar em janeiro com contratação, porque se não vamos ficar enrolando mais um tempo ainda e parece que estamos trabalhando e andando para trás, parece caranguejo, não dá para acontecer um negócio desse, não dá para ficarmos discutindo duas, três horas para quando chegar aqui ficar emperrado aqui dentro na questão do jurídico. Eu fico indignada com isso e peço por favor, Júnior, que mande para nós a minuta que colocamos para ver como ficou porque não sabemos, juntou tudo, o que foi encaminhado para o Prefeito. **Sra. Mariza:** Boa tarde, o que nos deixa mais com coração apertado, sempre fica assim "vai sair, está na mão do jurídico, não vai acontecer", eu escutei antes até de você trazer para nós a pauta, apresentar a pauta, já ouvi a inquietação de algumas companheiras e companheiros que colocaram um pouco a preocupação do decreto logo ser assinado e já saímos... até pensamos que hoje sairíamos daqui, ir para nossas bases já falando "Gente, já foi assinado, vai sair" ou "vai assinar amanhã" e iam fazer uma festa nos nossos mutirões, nos nossos movimentos. Fechar o ano praticamente, o que a Fátima falou, fechar o Natal com alguma felicidade, a perspectiva da moradia muito importante para nós do movimento social. Temos uma grande demanda, trabalhamos pra caramba, os movimentos se juntaram, se uniram, chamaram a demanda, estão organizando há bastante tempo para que quando o decreto fosse assinado nós tivéssemos aqui com todas os nossos documentos, nossas demandas, para finalizarmos e de fato iniciar esse ciclo novo dessa nossa história que tanto esperamos. Então acho que era muito importante para nós, Júnior, você ser essa ponte e pensar em qual data de fato vai ser assinado esse decreto. Porque nós do movimento trabalhamos muito com data, trabalhamos com perspectiva, mas trabalhamos com data, porque é isso o que nossa demanda procura, quando fazemos nossas assembleias as famílias falam "Quando vai começar o mutirão? Quando vai começar a construir nossas unidades habitacionais? Quando?" e estamos falando isso há muito tempo e estamos nessa espera, então pedimos para você de fato trazer-nos respostas concretas, com data de fato para que demos também respaldo nos nossos movimentos, todos que estão aqui, vários movimentos estão sendo representados no Conselho e é isso o que tanto esperamos. Chega de ficar aguardando, chega de tanta espera. **Sr. Miguel:** Acontece o seguinte, a grande expectativa de todos, cada dia gera uma expectativa, e cada dia nós reproduzimos essa expectativa, porque somos cobrados pelas famílias. Aqui cada um tem um grupo de família de 200, 150, 300, diversas quantidades. O que nós fazemos? Assembleia mensalmente e tentamos ser o mais transparente possível com essas famílias pelas informações que recebemos, e cada vez nós recebemos uma informação. Este mês, por exemplo, é que o Decreto seria assinado dia 14. Ficamos debruçados ontem e hoje no Diário Oficial para poder passar uma informação positiva para as famílias. E cada vez parece que nós estamos mentindo para as famílias. Nós gostaríamos que o Secretário fosse em uma das assembleias no começo do ano, e falasse lá a história para as famílias, porque parece que nós estamos mentindo para as famílias, porque cada vez recebemos uma informação diferente, é um suspense, vai assinar, vai assinar. Eu acho muito engraçado, porque quando é coisa do interesse do Prefeito acontece num estalo de dedos. A questão do Pacaembu foi num estalo de dedos, a população nem ficou sabendo, está resolvido. O Campo

de Marte ninguém nem ficou sabendo, já está vendido para o Governo Federal, porque é de interesse, interesses maiores. Agora aqui nós estamos em interesse de famílias, respondemos aqui por famílias, pessoa que não tem onde morar, pessoa que está morando de aluguel sem conseguir pagar, e nós respondemos por essas famílias. Então, o programa é novo, entrou o Secretário. Entendo toda essa tramitação, mas o Secretário que veio agora, anteriormente já sentava e discutia. Trocou o Secretário. Mas o Júnior estava com o Secretário anterior, têm todas essas informações, Secretário Adjunto. Como assim? Fica criança de suspense. E eu lembro quando se dizia que final do ano já tinhaברה. Se nós não tivésemos cuidado aqui, daqui a dezembro do ano que vem nós vamos discutir obra ainda. Não é ser pessimista não, é o andar da carruagem. 2019 não foi ontem, nós estamos em 2022. Sempre tem o empecilho quando é para questão de Entidades. Eu vi aqui a discussão na reunião anterior, as parcerias, na mesma hora arrumou parceria para tudo, tinha solução para tudo. Então assim, fica uma coisa, um tal de disse e me disse, que entra governo e sai governo, e muda a cadeira, e a dança das cadeiras continua, e cada um joga para o outro anterior, estava lá no anterior agora é uma nova fase. Ai eu pergunto: As CNDs das Entidades vencem, já estão tudo entregues, mas vai vencer. Ai quando chamar Entidade, que está parecendo quando Jesus voltar ao mundo, não sabe se é hoje, ou se é amanhã, você não sabe se vai assinar hoje ou se é amanhã. Você vai ser surpreendido uma hora, assinou o Decreto e saiu Instrução Normativa, precisa da documentação. Ai você vai correr igual louco para conseguir documentação de volta. Entidade não tem dinheiro. Ai você vai correr atrás, aí o bonde já passou, quando viu o documento já passou. Então, precisa ter reunião, mas precisa ter algumas coisas bem definidas, porque se fala uma coisa hoje, amanhã se fala a mesma coisa. Se pergarmos as Atas aqui, que tenho todas impressas, a discussão de dois anos atrás é a mesma que estamos fazendo aqui agora, é a regulamentação, que é Programa, não se pode mais nem em falar em Programa, é uma lei, e lei tem que ser aplicada e cumprida. E fica sempre nessa, porque é fulano. Parece que o Jurídico manda muito mais que o Prefeito, porque sempre as barreiras param no Jurídico. Então assim, o Prefeito é o Prefeito, mas o Jurídico que tem o poder. Se o Jurídico interpretar que essa vírgula parou tudo, vamos começar do zero. Então, precisa das coisas mais definitivas, se não Júnior, nas próximas reuniões do Conselho vai precisar ou de um auditório maior para vocês ouvirem a demanda, ou o espaço vai ficar pequeno, nós vamos fazer a reunião do Conselho aqui dentro, e a demanda vai fazer a reunião lá na porta. Porque não dá mais para falarmos todo dia falar uma coisa diferente para a demanda. Infelizmente está se esgotando e todo dia você faz uma justificativa. Quer dizer, nós estamos justificando uma coisa que é o poder público tem que justificar o por que não aconteceu. **Sra. Mari-sete:** O que acontece. Fala "Mudou o Secretário". O João foi o pai do filho. O João começou essa discussão conosco, tudo bem que teve mudanças no meio do caminho, mas tenho certeza que ele acompanhou isso mesmo sem estar aqui como Secretário. Uma coisa que eu esperava hoje, sinceramente, quando eu vi a regulamentação de assuntos inerentes ao programa, eu tinha no mínimo a esperança de que já ia sair esse calendário hoje com as datas previstas para publicação, para chamamento, para tudo. E vemos que não tem. Então eu queria, Júnior, que você desse pelo menos a previsão da assinatura desse calendário. Vai sair um calendário, mas qual a previsão que se tem para a assinatura dos convênios? Como vocês estão pensando isso? De que forma? Porque vai sair um calendário, vai entregar documentação, isso e aquilo. Quando vai se assinar realmente os convênios? É uma pergunta. **Sr. Alcides:** Só falar uma coisa importante antes de o pessoal falar. Não é uma desculpa a troca de Secretário, não tem o jurídico segurando, ninguém está segurando, todo mundo trabalhou bastante para isso, só que não dá para mandar ponta solta. É um programa novo mesmo, é novo, por mais que foi gestado em 2019 é um programa novo na aplicabilidade, não é culpa de nós advogados, André. Não é culpa nossa. Eu entendo, entendo de verdade, ninguém daqui do lado de cá nos últimos tempos trabalhou tanto com esse decreto, com essa questão de vocês, quanto eu. Muita coisa eu faço eu mesmo, não peço para assessor, eu mesmo faço, eu e esse rapaz, muitas reuniões eu com ele e ele comigo e não prevaricou nenhum dia em cima disso. Só que como eu disse tem o imponderável, eu entendo perfeitamente, realmente tínhamos falado lá em outubro, esse era nosso desejo, nossa vontade, não falamos para enganar ninguém ou acalmar alguém, era nosso desejo, nossa vontade, fazer isso. O Prefeito mandou um Projeto de Lei para a Câmara, ele quem assinou "Está aqui, vai ter o Entidades". Por que não podemos passar o calendário antes do decreto? Porque o decreto pode ser mudado. O jurídico, não é culpa do jurídico, mas o jurídico da Secretaria de Governo pode ter um entendimento nessa ou naquela outra palavra que inviabilize a instrução normativa, a Fazenda pode pedir uma alteração pertinente, como aconteceu por exemplo no Decreto da Carta de Crédito, importante, uma observação que nós não tivemos, nem SEHAB nem COHAB, que se outra pessoa não observasse com olhos de execução orçamentária depois você não consegue aplicar. Vocês ficaram 2020 inteiro parados por uma questão de Legislação, talvez se lá atrás tivéssemos pensado... sei lá, já conversei com o João sobre isso agora, ele já Secretário, ele falou: tentei de todo o jeito fazer o primeiro contrato em novembro, não consegui, porque "startava" o programa, desculpa, em dezembro de 2019, "startava" o programa para não ter que parar em 2020 e teríamos avançado. Eu não sei ainda se ia conseguir. Ele não conseguiu por questões administrativas. Ai falamos: vamos superar essas questões administrativas? Vamos fazer a lei? Então vamos para a lei. O fato é que o Programa está aí para o resto da vida. Como o Miguel bem disse, agora é lei. E somos subordinados a ela. Uma portaria, uma resolução do CMH podem ser alteradas, a lei vai ter que discutir na Câmara e tal, vocês sabem que é muito mais complexo de alterar, então é importante, eu sei que é maçante ficar "Vai ser publicado", estou dando a data que foi enviado, ele foi enviado no dia 12, faz 5 dias, 4 dias, porque conseguimos ajustar exatamente, faz uma semana, conseguimos ajustar exatamente agora. Entendemos que está maduro para ir e com um monte de gente da equipe afinando isso, então entendo perfeitamente, vocês têm razão na questão da demora do processo, é demorado. Prefeitura não é muito eficiente porque depois que você publica um decreto você tem que executá-lo, ele tem que dar suporte para assinarmos o contrato depois. Então entendendo perfeitamente a questão da demora, mas eu justifico com o pensamento na segurança da execução do Programa e não o contrário disso, queremos segurança para executar o programa, segurança de que amanhã na hora em que assinar o primeiro contrato com vocês, eu, a COHAB especialmente falando, assinar o primeiro contrato com vocês lá, ninguém vai vir aqui levantar a mão e falar "Tem que parar, não põe dinheiro, embarga a obra". Não podemos. Imagina, isso é muito pior, muito pior. Seria péssimo se acontecesse. Então pisamos em ovos para escrever qualquer coisa lá para que no futuro não venha a acontecer dessa forma, de embargar obras, não conseguirmos finalizar. Então é um programa complexo, importante para a cidade e está tendo nosso aqui da gestão todo o carinho e toda atenção para que ele rode. É esse o objetivo. Então é importante ficar claro isso aqui, que não prevaricamos um dia para soltar esse decreto e nem aqui com as equipes estudando como vamos contratar e tudo mais, a operacionalização do programa lá pra frente. No mais, é lamentar os atrasos que aconteceram, por mais que foram alheios à nossa vontade. Eu dou sequência aqui agora na fala de vocês. **Sr. André:** Eu lembro quando eu era criança e já tinha esse pessoal em situação de rua, era uma crise bastante grande, já faz bastante tempo, e o pessoal ficava olhando a vitrine. É a mesma coisa o Pode Entrar. Tem muito dinheiro e o pessoal está olhando só a vitrine. Porque estou dizendo isso? O

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

terça-feira, 15 de fevereiro de 2022 às 05:11:21

decreto de 2019 também foi em dezembro, olha que coincidência. O destino estava castigando o João, que ele era o pai de um feto que foi abortado. Foi o pai de um feto que foi abortado. O destino colocou o Orlando e nós levamos, lembra em janeiro? Tem que ser por lei, colocamos até por e-mail isso, é medida de urgência, tal. Conseguimos isso daí. Em setembro até o João nos representou como Conselheiro Municipal, 60 dias, outubro, novembro, para fazer o decreto. Noventa era para ser, né? Já está virando 120. Então qual é minha colocação? Foi para a assessoria jurídica da Secretaria da Fazenda. É isso, Júnior? **Sr. Alcides:**Gabinete do Prefeito. **Sr. André:**Está bom. Qual é a colocação como encaminhamento aqui para não ficar só na retórica. Isso foi mandando por SEI? Qual é minha proposta, até por transparência, publicidade, está no Artigo 81 da Lei Orgânica do Município, nós somos Conselheiros Municipais, o Artigo 3º, incisos 1º e 2º, coloca da fiscalização, que seja disponibilizado o SEI, porque cada Conselheiro vai poder acompanhar onde está esse decreto, o encaminhamento, até para darmos satisfação para nossa base, entendeu? Ontem eu falei até para o pessoal do outro grupo nosso, amigo também que está aqui no Conselho, falei que ia ser hoje e tal, vou passar vergonha de novo. Vou pegar minha esposa lá na Mooca e vou passar vergonha. Eu peço, Júnior, que seja disponibilizado o SEI. Qual é meu recibo? De repente a J da Secretaria de Governo volta com esse decreto, os companheiros e companheiras colegas aqui do GT não seriam ouvidos nessa alteração que a J não aceitou? Então imagino que essa SEI importante para entrada imediata de contato com o pessoal do GT, que são nossos representantes do Conselho para opinarem em caso de modificação. **Sr. Alcides:** André, você sabe que é um ato discricionário. **Sr. André:** Não, eu acho que o respeito ao pessoal do GT, até para não sermos pegos de surpresa, o efeito surpresa, eu acho que é importante essa questão e cria até credibilidade. Então qual é a proposta que eu faço, disponibilizar a questão da SEI, não desconfiança de você, Júnior. **Sr. Alcides:** Sem problema nenhum. **Sr. André:** Voltando à questão do Manacá da Sé aqui, aproveitando essa fala. **Sr. Alcides:** Vou lá semana que vem. **Sr. André:** O pessoal está te esperando com bastante carinho. André: É, porque estão ansiosos. Você prometeu. Porque vários documentos da SEI, tem também quebrado esse sigilo. Não tem a SEI conforme lá no Manacá, todos os documentos que fui procurar a SEI está com sigilo. Que seja liberado, que possa ter acesso. Porque vai ser transparente, vamos saber data, quem recusou, por que recusou. E aí fica uma situação muito mais confortável. Agradeço a oportunidade, agora vou ter que me retirar, vou tirar os pontos de uma operação. **Sr. João Bosco:** Boa tarde a todos. Não tenho dúvida do comprometimento e empenho do Júnior desde quando começou, desde o GT até agora, isso não tenho dúvidas. Também não tenho dúvida nenhuma do comprometimento e do empenho da Ana em contribuir. Mas a demora, o tempo, essa espera cria uma ansiedade e uma angústia, como bem disse o Miguel, que nós temos compromissos lá na base, gente. E minha preocupação não é tão somente a base. Como citou o André, e citou com muita propriedade, o ano que vem tem eleição, nós corremos sérios riscos de contrapor com prazos contratuais. Corre sim, sempre existem formas nos prazos contratuais no ano de eleição. Isso me preocupa muito. **Sr. Alcides:**Já nos preocupamos com isso também, já está pacífico, não tem problema. **Sr. João Bosco:** Então eu queria propor inclusive que preparássemos um documento em nome do Conselho, todos nós, cobrando, pedindo que o Prefeito agilizasse isso. Topam, Conselheiros? Prefeito. Era só isso. **Sr. Alcides:**Eu me comprometo a encaminhar. **Sra. Nilda:**Eu concordo com as falas de todos, principalmente com a fala da Fátima, que nós que fizemos parte do Grupo de Trabalho, trabalhamos muito para esse decreto sair. Uma reunião como essa, nós vimos numa expectativa danada, acho que está todo mundo aqui ansioso e todo mundo recebeu um convite para vir com a pauta do Pode Entrar, você pode não ter a data agora, mas ficamos muito apreensivos. Nossa preocupação é: tomara que esse decreto saia esse ano. Porque, como disse aqui o Bosco, foi o que falamos para nossa base. Fizemos toda uma propaganda "Olha, a Prefeitura criou um programa novo e vai ser esse ano", então esperamos realmente que consigam honrar esse prazo de dezembro de 2021, não importa que seja dia 31 de dezembro, mas que saia. Esse decreto saia esse ano. Como tínhamos discutido aqui no último documento, essa portaria pode sair depois, com as regras, definindo as regras, o critério de participação das entidades e tudo mais, mas esse decreto é uma questão de honra do trabalho e dedicação do Grupo de Trabalho e dos Conselheiros de Habitação, nós trabalhamos muito para isso, eu sei que vocês também se dedicaram muito para isso, não temos dúvida do seu trabalho, da Ana, do Nilson representando aqui a COHAB, não temos dúvida disso, mas o que queríamos pedir aqui, acho que é em nome de todos os Conselheiros, que esse decreto saia logo esse ano para que não tenhamos essa frustração de passar o Natal e Réveillon com nossa base mandando mensagens e achando até que nós estamos passando um leque neles. "Vai ter um programa" e o programa não existe, não saiu esse ano. Então é mais essa ansiedade que estamos e que esses critérios ainda possamos sentar para discutir, porque isso não ficou amarrado no Grupo de Trabalho, os critérios de participação das entidades. **Sra. Uranide:** Eu endosso todas as falas dos nossos companheiros aqui na assinatura, também principalmente na minuta que também perdemos horas e horas e não voltou, não tivemos esse retorno, como a Fátima colocou, estou apenas fortalecendo, precisamos realmente da assinatura. Eu concordo muito com a fala do Miguel quando ele fala "Não estou cobrando essa gestão", não estou culpando também, Júnior, essa gestão é política infelizante do sistema em que vivemos, nada do que fala para a família de baixa renda é rápido, nós andamos e conhecemos nossa cidade, de repente vemos um empreendimento que surge numa rapidez, então quando se trata realmente de resolver problema de moradia de família de baixa renda, há quantos anos isso é um problema que São Paulo não resolve? Agora nós temos uma política pública de moradia em São Paulo e isso era discutido nos movimentos muito antes até e durante o Programa Minha Casa Minha Vida, São Paulo não precisava ficar na rabeira do Federal, isso é um ponto. Ao mesmo tempo, Nilson, minha preocupação é, temos políticas públicas de moradia, ela tem que acontecer, certo? Eu queria que vocês, SEHAB e COHAB passassem para esse Conselho se a COHAB vai ser o órgão que vai executar, como é que está essa estrutura lá dentro. Vejam bem, vocês vão ter que analisar as entidades, analisar quem é essa equipe, como isso está sendo formado, eu acho que essa estrutura nos deixa preocupado, porque não adianta nada ter o programa e vai chegando, chegando processo e empilhando. Não tem quem execute isso. Eu queria sugerir aqui que se esse Conselho aprovasse, nós pensemos em formar um Conselho, até copiando, porque existia um Conselho no ministério da cidade e que trabalhavam para monitorar, desculpem, nem seria a palavra monitorar o órgão público, de jeito nenhum, mas para ajudar. Porque não vai resolver. Agora temos uma política em que, todos os colegas colocaram, nos honramos porque nós construímos isso e ficar empilhando processo em cima de processo, não existe uma equipe, como está, eu gostaria que vocês apresentassem para esse Conselho, como é que está essa estrutura da COHAB, quem é essa equipe, quantas pessoas vão analisar entidades, por exemplo? Analisar projetos, quem é? Duas pessoas? Três pessoas, como estamos observando nas reuniões? Gente, não vai dar conta. Quantos vão conseguir fazer isso num ano, por exemplo? Eu gostaria muito de solicitar que vocês deem esse retorno para o Conselho. Também deixei aqui a proposta de ser formado esse Conselho, que seja representado, cada movimento vai ter uma pessoa, tenha também representação do Governo e que esse Conselho trabalhe, porque se não, não vai adiantar nada esse esforço, tanta cobrança aqui para esse programa, é uma política pública, de novo, é um avanço, parabéns, São Paulo nunca teve e hoje tem,

mas se ele não acontecer, se não tivermos os instrumentos necessários, ele vai ficar mais um programa na gaveta, pilhas de projetos. **Sr. Nilson:**Só para esclarecer essa situação, desde a época do Orlando que temos essa preocupação de estruturação interna da COHAB e SEHAB de ações que vamos tomar. Temos essa preocupação de estruturar as equipes para poder atender isso. Outra, vou falar aqui uma situação que é fática. Quando começar as assinaturas disso, não é uma corrida ao pote de ouro, deixar bastante claro isso, todos vão ser atendidos, todos, cada um ao seu tempo, com a documentação em ordem, que vai aparecer aqui. Não pensem que nós da COHAB e SEHAB temos toda a preocupação que o programa ande, que saia mais rápido possível e que comece as obras no menor prazo possível para começar, porque vou ter projeto executivo, alguns talvez não tenham no começo, vai uns dois ou três meses para fazer, porque sabemos que tem um custo para a própria entidade ou para empreiteira também, que não quer fazer porque não tem garantia que vai executar. Temos ciência de tudo isso e estamos nos preparando com gerenciadoras da SEHAB, da COHAB e vai incrementar esse grupo de trabalho, não é um ou dois, hoje pode parecer que é um ou dois, mas um ou dois que têm o diagnóstico, nós estamos fazendo o diagnóstico, não estou analisando nada, e que as entidades, eu, Miguel, falando para você diretamente e para todos, tem que manter a documentação em ordem sempre, eu sei que existe um custo, mas todo contrato em vigor tem que manter a condição jurídica sempre, não é só no começo, sempre. Além do mais, temos que ver que temos a execução orçamentária que a Fazenda cuida, que tem empenho, o quanto tem que ter uma reserva financeira, isso tem que sair, faz parte da execução orçamentária de um contrato público qualquer. Temos essa preocupação muito maior do que vocês, inclusive, o jurídico, tudo, que tudo esteja certo para que a execução da obra, que é o mais fácil, caia na mão de vocês, a parte da obra não tem dificuldade, cada um resolve do seu jeito, mas a parte burocrática infelizmente existe e vamos superar tranquilamente. É isso o que queria dizer. **Sra. Verônica:**Pessoal, eu acho que não é o decreto, eu penso que é o mínimo do mínimo que já teria que ter andado, o Júnior e Ana, nós temos vocês aqui como parceiros nossos, eu, Verônica, não vejo como nossos inimigos. Nossos inimigos são quem está lá atrás, que não conseguimos falar com eles e não sabemos o que eles estão escrevendo e o que eles estão fazendo, não temos certeza do que vai vir desse decreto, o que está no decreto, por exemplo, o pessoal do GT não recebeu o decreto de volta até agora, não teve uma última pincelada, então isso é bem complicado, porque a documentação da associação também é difícil para mantermos e com essa pandemia ficamos mais enrolados ainda, não sou só eu, outras associações, eu sei como é difícil manter essa documentação, Nilson, você sabe que fizemos muita obra com a Caixa e sabemos quanto tempo leva para sair uma certidão, se tem problema na certidão, se tem um problema ali, quanto tempo uma análise de projeto para poder iniciar a obra, quanto tempo leva para a assinatura do contrato para poder liberar a obra, eu fico bem preocupada, Nilson e Júnior, se não acelerarmos, o ano que vem é capaz de estarmos aqui e contratamos uma obra. Eu quero estar errada, mas revivendo as obras que eu já passei, fui triturada e sacudida por conta de documentação, por causa da análise de projeto, nós sabemos que não é tão simples assim, quando o Nilson fala que tem uma equipe estruturada, ótimo, a Caixa também tem a GIDUR, e às vezes não dava conta, nosso projeto ficava lá parado, tínhamos que ficar brigando e enchendo o saco deles, então minha preocupação é essa, esse decreto tem que sair esse ano, está certo? Com esse decreto acho que tem que começar a chamar as entidades e começar "Tereza, você contrata, mas fica pendente, Miguel, você vai contratar depois, Verônica, você é a última" e assim por diante, porque vamos também saber, todas as entidades vão conseguir saber quais são os documentos que estão pendentes, quais os projetos principalmente que estão pendentes e assim por diante. Essa é minha fala. Vou pedir desculpas porque vou precisar sair, está certo? Desejo um Feliz Natal e Ano Novo, que Deus abençoe a todos e nossa luta. **Sr. Alcides:**Para a senhora também, dona Verônica, obrigado. Encerraram as inscrições. Pessoal, eu acredito muito que o decreto saia esse ano, não tem razão para não sair, já foi estruturado de forma bem estruturada, não mandamos para o Grupo de Trabalho justamente para não criar uma expectativa, depois da última reunião o Grupo de Trabalho fez um pleito que foi acatado inclusive pelo Decreto, não é, Nilson? Era com relação à prestação de contas, exatamente. Foi acatado, enviamos desse jeito, por que não mandamos? Você cria uma expectativa, é o que o André falou, infelizmente nós aqui somos funcionários e tem o chefe, quem assina o ato discricionário, a lei dá discricionária de para o Prefeito assinar o Decreto, então obviamente vamos lutar, se alguma coisa for alterada no decreto que inviabilizar o processo nós não vamos deixar publicar, obviamente, mas temos que dar, não podemos ultrapassar esse poder que o povo conferiu a ele de fazer o decreto, mas estamos acompanhando, o decreto foi bom, não vai inviabilizar nenhuma assinatura, nada, de nenhuma entidade, todas as que estão lá, tudo aquilo que a lei prevê e dá oportunidade de todos os contratos atualizarem, o decreto está mantendo, está facilitando inclusive vários processos, eu também não vejo razão para ele não ser publicado esse ano. Administrativamente, acompanhando o SEI diariamente, eu olhei antes de vir para cá, não vejo razão para não ser publicado esse ano. Eu vou, para encerrar, falar inclusive aproveitando a fala da Uranide, ela falou que São Paulo ao longo dos anos refém do Minha Casa Minha Vida, era um bom programa, mas que de fato não supria toda a demanda que São Paulo tinha. Hoje graças a vocês São Paulo tem um programa que vai ficar, eu vou sair, o Nilson vai sair, o Nilson é de carreira e possivelmente vai sair em algum tempo o programa vai ficar, o João Farias vai sair, a dona Ana e assim vai, vocês vão deixar de atuar em algum momento e o programa vai permanecer. Foi um programa estruturado para entender, estava falando isso hoje com o Dito, eu tive uma reunião com ele hoje de manhã, o Programa hoje foi pensado para poder, era uma reclamação grande de vocês, porque eu sei ano que vem o orçamento de entidades vai ser executado, os 40% lá que previmos para entidades vai ser executado. Nós temos uma gama grande de entidades que já estão aptas e vão ficar aptas ao longo do ano para assinar contrato e vamos executar. Os outros 40% para obras da SEHAB vocês mesmos estão acompanhando ao longo dos anos, muitas vezes nós devolvíamos dinheiro porque é todo um trâmite administrativo você desapropriar uma área, você licitar obra, e agora com o Programa criamos uma série de oportunidades, como carta de crédito, para podermos executar todo o orçamento, então temos 2 bilhões e 400 por ano que vem, 1 bilhão e 700 só para produção de unidades que vamos executar. Essa é a diferença, tem dinheiro e tem programa para executar. Eu espero que isso vier um hábito ao longo dos anos, porque a lei nós temos, nós estamos super cuidadosos com a questão da regulamentação e por isso até às vezes demora, não é desculpa, mas é fato, por isso às vezes demora, mas a hora que o programa estiver rodando nós vamos ter oportunidade de executar todo o orçamento e 1 bilhão e 700 só de produção. **Sr. João Bosco:** Contrata as nove mil ano que vem. **Sr. Alcides:**Olha, não é impossível, João, não é impossível, porque a execução orçamentária é fracionada, nós vamos executar o orçamento ao longo dos anos, então orçamento não é o problema, concordam? É isso. Eu fiquei feliz até, porque eu lembro muito bem do dia que o Orlando falou numa reunião de Conselho "Nós vamos contratar todas as 9 mil", o João veio e eu não sabia da posição do João, sem combinar, sem nada, não sei se o João tinha essa informação, como eu tinha falado, ele falou a mesma coisa "Nós vamos contratar todas, o problema não é orçamento, se tiver que ajustar orçamento para contratar, assim farei". Então a fala do Secretário anterior e a desse estão juntas com o propósito de contratar os nove mil. Então uma hora a bola vai es-

tar com vocês, agora está conosco, vamos publicar o decreto, apresentar para vocês o cronograma, não vai ter portaria, vai ser instrução normativa, que é um ajuste, edital para vocês contratarem, acho que é isso, não é Nilson? **Sr. Nilson:** Não vai ter até tal dia você tem que vir, está aberto sempre. **Sr. Alcides:** Exatamente, balcão aberto. Como diz o Nilson, não tem corrida no pote de ouro. **Sra. Nilda:**Vai ser a Normativa de 2020? Aque-la lá? **Sr. Alcides:** Vamos ajustá-la. **Sra. Ana Maria:**Fazer uma revisão. **Sr. Alcides:** Só revisão por conta do decreto, vocês vão ajudar. O Grupo de Trabalho vai estar junto, então ajuste nela e é rápido, é um ajuste, que é interno, não precisa ninguém assinar, então o gargalo é agora o decreto e depois é coisa nossa, não precisa mandar para a Câmara, não precisa exatamente, é interno, a bola está conosco. Instrução normativa, adesão ao programa, que é uma assinatura e balcão aberto para contratos. **Sra. Nilda:**Mas consegue aplicar esse ano, Júnior? **Sr. Alcides:** O que eu disse antes, não vejo razão para não. Não vejo razão, ele está pronto, está estruturado, já tive conversas administrativas com Fazenda e Governo, porque eles tinham dúvidas de algumas coisas, já está esclarecido e o João está empenhado nisso também, já disse aqui antes, ontem liguei e conversei com o viva-voz com o Secretário de Governo, então não vejo razão para não. O João trabalhou para que nós pudessemos anunciar a assinatura hoje, mas faltou trâmite interno da Secretaria de Governo, nós entendemos que é assim, é uma regrinha deles. **Sr. Nilson:** Na verdade é assim para qualquer decreto. **Sr. Alcides:** Exatamente. Não vejo razão para não publicar esse ano, espero que a Ana mande o e-mail para vocês com o decreto publicado esse ano ainda. Se alguém tiver mais alguma coisa. **Item 5.Sr. Miguel:**Antes de você terminar queria fazer duas observações. **Sr. Alcides:**Sem prejuízo, podemos falar. **Sr. Miguel:**Primeiro queria pedir aqui que fosse marcada uma reunião da Comissão da Regularização Fundiária, a lei foi aprovada graças a Deus. Agora nós temos lei para regularização fundiária também, e estamos aqui pedindo que seja marcada, se não ainda este ano que estamos terminando, mas que no começo do ano marquemos uma reunião assim que voltar todo mundo da Comissão de Regularização Fundiária. **Sr. Alcides:** Nós vamos ter que reconstituir o grupo, mas tudo bem, dá para marcar. Vai ter que reconstituir o grupo porque está faltando peças ainda ali, saíram, deixaram de ser Conselheiro. **Sr. Miguel:** E também, deixe-me fazer um próximo pedido, nós temos a Comissão de FMSAI, faz muito tempo que esse grupo não se reúne, não pela pandemia, mas desde de muito antes da pandemia, e é uma discussão importante o FMSAI, do qual fui reconduzido de volta por este Conselho ao FMSAI, um grupo que nós temos de discussão importante. Quem cuidava disso, exatamente desse grupo, que nem sei se está aqui ainda, lógico, o Presidente era o Secretário. Tanto é que nós tivemos reunião só quando o João estava aqui ainda, o João Presidente desse grupo, e o Secretário é o Ivan. **Sra. Ana Maria:**Então, é outro Conselho. **Sr. Miguel:** É, esse é do Fundo, FMSAI. **Sra. Ana Maria:** Não é assunto para esta reunião aqui. **Sr. Miguel:** É assunto, porque é uma Comissão tirada deste Conselho. **Sra. Ana Maria:** Deixe-me só entender e fazer os outros entenderem também, Miguel. Você foi indicado para fazer parte do FMSAI. Você é o titular? **Sr. Miguel:** Sim. O suplente era o Júlio, Júlio não, é uma pessoa da FAU, é uma menina da FAU. **Sra. Ana Maria:** Enfim, vocês fazem parte indicados pelo Conselho Municipal de Habitação para integrem o Conselho do FMSAI. **Sr. Miguel:** Exato. **Sra. Ana Maria:**As reuniões que acontecem lá no FMSAI, assim como outros Conselhos onde nós temos Conselheiros em outros Conselhos, caberia a vocês indicados nos outros Conselhos vi-rem aqui para o Plenário explicar o que está acontecendo nesses outros Conselhos, só que isso nunca aconteceu, e isso existe até um pedido feito, se não me engano, até numa resolução, eu vou resgatar. Haveria essa obrigatoriedade de cada Conselheiro que foi indicado, em cada um desses Conselhos vir se reportar aqui no Conselho Municipal de Habitação, sobre o que foi decidido no FUNDURB, no CAHEIS, etc. O que você está pedindo aqui agora é algo relativo a uma atividade inerente ao Conselho lá do FMSAI. Que é o Secretário da Habitação, é um outro Conselho, então você vai ter que pedir isso lá naquele fórum. Você tem cadeira lá. **Sr. Miguel:**Mas não reunião. **Sra. Ana Maria:**Tem uma extraordinária. **Sr. Miguel:**Não fomos comunicados. **Sra. Ana Maria:**Então aí está tendo falha do Secretário Executivo de lá, entendeu? Porque eu vi no jornal essa comunicação. **Sr. Miguel:** Não somos comunicados, vai fazer uns três anos que não vem informe. Então, como que você traz informação para cá se você não participa da reunião lá? Falar como diz antigamente – "A língua está comendo o cachorro." **Sra. Ana Maria:**O que acontece, você tem que ir lá no Ivan, pedir isso, para ele colocar. **Sr. Miguel:**Passa o contato do Ivan. **Sra. Ana Maria:** Te passo. Fazer esse pedido para ele lá, tanto você no FMSAI quanto os outros Conselhos que estão representando o CMH em outros Conselhos, na hora em que pedimos para vocês "Cadê a pauta? Por que vocês não mandam a pauta para o Conselho?", nós ficamos toda hora sempre girando nas mesmas pautas aqui e não sabemos de novidades que vocês poderiam trazer do que está acontecendo nos outros Conselhos, vocês poderiam pegar, os outros Conselheiros, e mandar o que vocês podem vir aqui e reportar para os colegas. **Sr. Miguel:** Uma coisa posso trazer aqui: Quando foi a última reunião que nós fomos convocados do FMSAI, eu tenho impresso, posso trazer aqui e dizer – Essa foi a última reunião. Não fomos comunicados. **Sra. Tereza:** Ana, você está falando dos GTs? **Sra. Ana Maria:** Não, eu estou falando do FMSAI, do CAHEIS, do FUNDURB, de todos os outros Conselhos onde temos Conselheiros que foram indicados aqui no plenário para fazer parte, é uma obrigatoriedade desses Conselheiros trazerem o feedback, trazerem respostas do que está acontecendo em cada reunião dessa. Ele está colocando que ele não foi convocado. **Sr. Alcides:** Sem prejuízo de falarmos com os outros aqui, só para quem está saindo, Feliz Natal, Feliz Ano Novo, se for publicado, eu espero que seja, a Ana vai mandar para vocês, eu sei que vocês acompanham também, mas independentemente disso vamos mandar, obrigado pelo ano de convivência, foi muito enriquecedor conviver com vocês esse ano, particularmente para mim. **Sra. Mariza:** É uma pena que vocês estão indo embora, talvez é até importante para vocês também. **Sr. Alcides:**Vai ficar na ata. **Sra. Mariza:** Eu faço parte do CAHEIS, e uma coisa que sempre fico brava com a agenda, peço para eles nunca marcar a reunião do CAHEIS no mesmo dia da reunião do Conselho, hoje mesmo eles fizeram isso. É uma falta de respeito eu ficar com o fone de ouvido participando da reunião da CAHEIS e participando desta reunião. Então, não participei da CAHEIS para participar da reunião do CMH. Então, eu pedi já várias vezes, não marca reunião porque a gente não pode se desdobrar. **Sra. Ana Maria:**Eu só queria registrar, por isso colocamos no Diário Oficial a programação das reuniões ordinárias do Conselho, lá no CAHEIS eles sabiam que tínhamos essa reunião, a reunião de vocês estava agendada para duas semanas atrás, a reunião ordinária ou extraordinária, eles alteraram a data e foi coincidir justamente com a nossa. **Sr. Alcides:** Importante vocês inclusive cobrarem lá na hora que for marcar, falar "não, tem reunião do Conselho, exclui a possibilidade de participar de um dos dois Conselhos". **Sra. Mariza:** Uma coisa que também fico triste, tanto tempo demoramos para ter esta reunião presencial. Quando venho para a reunião, posso ter o que for em casa, um compromisso, eu fico aqui até o último sair, porque acho que é falta de compromisso e principalmente de respeito com as todas pautas que também queremos trazer para cá. Uma coisa preocupante, e como eu falei, pode acontecer com todos, está acontecendo ou vai acontecer com todas as famílias nossas que estão dentro do movimento de moradia ou são famílias demandadas da COHAB, não é a primeira vez que eu trago esse assunto, mas é outro assunto, como eu sou representante do Conselho do CMH pelo movimento que eu milito e pela união e aqui estamos sendo representados por outros movimentos, quando assi-

namos o contrato assinamos dois seguros, um de vida e um seguro do empreendimento, do imóvel. Assim, como nossa vida melhora ao longo dos anos, nós também ficamos doentes, também temos problemas de pressão, temos diabetes, é uma realidade de todo brasileiro, de todo mundo, então eu fico triste, muito triste, isso mexe muito comigo porque estamos perdendo famílias hoje por circunstâncias da situação, de AVC, infelizmente vemos que também, eu já cobrei isso da COHAB, eu sei que tive resposta do primeiro assunto, mas eu vejo que a COHAB deveria tomar conta das famílias que assinam contrato com elas, porque fica na mão do seguro, tem um seguro que fica responsável por essa parte pós moradia, o seguro às vezes é omissão, deixa de fazer o papel dele enquanto humano mesmo, o que mais me entristece é que perdemos uma família no Paulo Freire, que é um mutirão bem do lado que eu moro, essa família houve a negativa da seguradora Excelsior, alegando que não há direito do beneficiário em face à hipertensão arterial severa da falecida mutuária, então ela na época quando assinou tinha diabetes, uma senhora de idade, tanto que quem assinou, eu li o contrato dela, foi o filho dela, porque ela não sabia ler nem escrever e tinha problemas sim, mas tinha problema de diabetes e morreu de hipertensão arterial, ela teve AVC e houve o falecimento e o seguro negou esse direito de quitar a moradia, então eu gostaria muito que na próxima reunião vocês nos chamassem, a COHAB nos chamasse para vermos como fica essa situação, porque nossa demanda está ficando idosa, eu estou ficando idosa, eu assinei o contrato, hoje tenho problema de coluna, acho que ao longo dos anos que vamos vivendo vai aparecendo outros problemas na nossa vida, se amanhã eu falcer de qualquer outra doença o seguro vai me negar? Então precisa analisar isso com carinho e mais uma vez eu denuncio essa falta de responsabilidade, justamente de humanidade desse seguro. É claro, o seguro quer só ver o lado deles, mas nós enquanto Conselheiros também vamos aqui estar do lado das nossas famílias, que são carentes e lutaram por muitos anos para ter sua moradia. **Sr. Alcides:**Você sabe se a família entrou com ação? **Sra. Mariza:** A família pediu ajuda, porque assim, ela foi atrás, trouxe toda a documentação necessária. **Sr. Alcides:**Ação na justiça? **Sra. Mariza:**Não, ação não, ela nos pediu ajuda enquanto Conselho e representante da Entidade. **Sr. Alcides:**Talvez era bom correr com isso. **Sra. Mariza:** Eu peço também que conste em ata o número da SEI que protocolosamos, o Dito veio me ajudar, estamos correndo fazendo outras coisas, eu quero que conste em Ata o número da SEI, que é 7610/2021/0003535-8. Eu queria que constasse em ata e peço que a COHAB na próxima reunião do CMH se puder nos chamar para ver como podemos fazer, como a COHAB pode intervir nessa situação dessa nossa demanda. **Sra. Ana Maria:** Complementando o que a Mariza acabou de colocar, hoje o Dito esteve na nossa sala antes de protocolar esse documento lá na COHAB. Com esse número de SEI, deu entrada lá, pediu que fosse revisado a situação porque os familiares já tinham ido ao setor de seguros e conversado com o Itamar, o Itamar que cuida na COHAB da parte de seguro, tem um setor na COHAB de seguro habitacional vinculado ao financiamento. E o Itamar mandou novamente toda a documentação para a seguradora e ela insiste em dar negativa de cobertura de seguro e é como a Mariza está colocando, a pessoa tinha um problema de saúde, morreu de um outro problema, a seguradora alega que ela tinha uma doença pré-existente, então a troca de que eles ficam pagando o seguro? Então pedindo para rever. A COHAB tem já então de posse dela esse número de SEI, isso deve ser estudado nas áreas próprias. Então, o que a Mariza está pedindo é que numa próxima reunião deem um retorno ou então entrem em contato direto com os solicitantes desse demanda que fizeram junto à COHAB. **Sr. Alcides:** Muito bem, importante, importante dar esse suporte. Não sei como que administrativamente. Cobrou de novo, veio a negativa novamente. Mas como teve tentativas de reanalisar aí, acho que o caso ainda dá para salvar. **Sra. Mariza:** Então, vou esperar vocês me darem resposta. **Sr. Nilson:**Tenho o número do SEI aqui, vou dar uma olhada e ver o que vai acontecer, e te informo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Secretário Alcides Fagotti Júnior encerra a reunião agradecendo a presença de todos, desejando feliz natal e feliz ano novo para todos.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### BENEFÍCIOS

##### INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS

**6310.2021/0002429-8 - MARCELO LUIZ BATISTA e VICTOR LUIZ RASTELLI BATISTA** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** os pedidos constantes nos documentos SEI nº 049550470 e 049550557, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso II da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I e II, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6", referente ao Sr. MARCELO LUIZ BATISTA.

**6310.2021/0002547-2 - SILVIA TORIKACHVILI SANCOVSKY** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 050233786, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

**6310.2021/0002569-3 - NEUSA CORRÊA** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 054002125, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

**6310.2021/0002612-6 - NATAL LIGORI** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 050691883, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

**6310.2021/0002628-2 - RAQUEL MAURICIO MOREIRA** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 050501930, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

**6310.2021/0002631-2 - ADELITA MARIA OLIVEIRA FERREIRA** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 050885814, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

terça-feira, 15 de fevereiro de 2022 às 05:11:21